

## O que uma jovem pode fazer nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas?

**BEATRIZ TRIANI CHEREM**

MESTRANDA EM CIÊNCIA POLÍTICA NO IESP-UERJ

PESQUISADORA DO OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (OIMC)

Pessoas de diferentes partes do mundo se reuniram em Bonn, entre os dias 03 e 13 de junho de 2024, para a 60ª Reunião dos Órgãos Subsidiários da UNFCCC, mais popularmente conhecida como as negociações climáticas de junho, que preparam os caminhos e as discussões para a Conferência das Partes, geralmente realizada em novembro do mesmo ano. Depois de certa articulação, também estive presente como pesquisadora do Observatório Interdisciplinar de Mudanças Climáticas e como jovem ativista por justiça climática.

Durante esse período, um questionamento ressoava em mim: será que a presença da juventude ali, no meio de tantos negociadores e de pessoas com realidades tão diferentes, teria alguma importância? Além disso, também me perguntava se, entre construções oficiais de posicionamento dos países, existia espaço para a juventude pressionar por ações climáticas mais ambiciosas.

Ao longo dos anos, a estrutura burocrática da UNFCCC passou a acomodar alguns atores não-convencionais das negociações internacionais, apesar de sua natureza ser principalmente intergovernamental. Desde o seu surgimento, em 1992, observamos uma participação inédita da sociedade civil, que se reuniu simultaneamente em outro local para formar redes e realizar eventos paralelos sobre os principais temas da conferência. Atualmente, as organizações não-governamentais (ONG) e organizações intergovernamentais (OIs), algumas e muito bem selecionadas, podem participar dos processos de negociação como observadoras e, inclusive, ser consultadas.

As constituintes da UNFCCC são exemplos de espaços oficiais de representação da sociedade civil no seu aparato institucional, compostas por organizações não-governamentais que trabalham com o tema das mudanças climáticas e suas interseções, majoritariamente advindas do Norte Global. Sua organização acontece em grupos temáticos, estruturados em torno de setores e interesses compartilhados, como negócios (BINGO); pesquisa (RINGO); fazendeiros; sindicatos (TUNGO); mulheres e gênero (WGC); povos indígenas (IPO); ONGs ambientais (ENGO); governos locais e autoridades municipais (LGMA); e crianças e juventude (YOUNGO).

Por serem canais oficiais de engajamento, as constituintes se apresentam como esferas importantes de incidência por terem oportunidades de participação singulares, como a possibilidade de realizar intervenções nos encontros oficiais. Além disso, por sua estruturação considerar poucos indivíduos como pontos focais da constituinte, a comunicação com o secretariado e com os governos individualmente é facilitada.

A YOUNGO representa crianças e jovens no escopo burocrático da UNFCCC, sendo uma rede global de ativistas e de organizações de juventude que busca emponderá-las ao trazê-las formalmente para os processos da UNFCCC e moldar as políticas climáticas<sup>1</sup>. Seus focos são em: 1) conscientização, conhecimento e capacitação; 2) colaboração, cooperação e rede; 3) política, lobby e defesa de direitos; e 4) ação da juventude. Sua estrutura organizacional é horizontal, sem hierarquias, e suas decisões são tomadas através de consenso.

Essa é uma forma de engajar jovens de diferentes lugares do mundo de maneira efetiva e significativa nas negociações internacionais sobre clima. O acesso aos espaços é limitado e as janelas de atuação são pequenas. Mas, através de uma organização transnacional, a juventude é capaz de construir estratégias, fazer conexões e se articular. Entretanto, tendo em consideração os constrangimentos que se impõem de forma desproporcional sobre os jovens do Sul Global, é importante que existam processos de construção de capacidades, suporte financeiro e oportunidades para avançar ainda mais essa agenda e representar menos desigualmente os mais afetados pelas mudanças climáticas.

Infelizmente, uma das coisas que vimos em Bonn esse ano caminha justamente na direção oposta à que precisamos ir: um grande número de ativistas africanos, em boa parte jovens, foram impossibilitados pelo governo alemão de participar da conferência por problemas com seus vistos, que foram negados mesmo com as suas credenciais em mãos.

O andamento das negociações também não foi imune às tensões entre o Norte e o Sul Global. Apesar de seus resultados terem sido mais animadores que os do último ano, muitas discussões foram travadas pela falta de compromisso dos países desenvolvidos com textos que mencionavam suporte à implementação, referências à Convenção-Quadro assinada em 1992 e ao princípio das responsabilidades comuns, porém historicamente diferenciadas.

---

1 [https://unfccc.int/topics/education-youth/youth/youngo?gad\\_source=1&gclid=Cj0KCCQjw4MSzBhC8ARIsA-PFOuyU985sYUROzfwwJewdQzF8t0mksGxhVSb2ViFaZpX-3vScZwUTaTj4aAt3kEALw\\_wcB#tab\\_home](https://unfccc.int/topics/education-youth/youth/youngo?gad_source=1&gclid=Cj0KCCQjw4MSzBhC8ARIsA-PFOuyU985sYUROzfwwJewdQzF8t0mksGxhVSb2ViFaZpX-3vScZwUTaTj4aAt3kEALw_wcB#tab_home)

O grande tema de negociação da SB60 foi a Nova Meta Comum Quantificada (NCQG), um novo acordo financeiro esperado como resultado da COP 29, mas que saiu de Bonn sem ao menos um *quantum*. O objetivo dos encontros durante as duas semanas era trabalhar na elaboração de um texto que facilitasse a negociação em Baku. Entretanto, o tema permaneceu gerando divergências entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento até o último minuto. As partes apenas fortaleceram as posições que já haviam submetido anteriormente, principalmente no que tange à origem e à modalidade dos fluxos financeiros.

As discussões da agenda de adaptação também foram pelo mesmo caminho turbulento. Nas sessões sobre os Planos Nacionais de Adaptação, os países em desenvolvimento ecoaram coletivamente a necessidade de meios de implementação, reforçando a importância de suporte financeiro. No fim, o texto foi aprovado apenas como uma nota informal, carregando as discordâncias das partes rumo à COP 29.

Na agenda da Meta Global de Adaptação, as tensões foram ainda maiores para decidir sobre os indicadores que irão medir o progresso na implementação do Programa de Trabalho UAE-Belém. Ao final da segunda semana, a discordância entre os países prolongou sessões até a madrugada, utilizando todo o tempo possível para alcançar um consenso. O texto final reconheceu a importância de financiamento, o que foi uma vitória para os países em desenvolvimento e um passo em direção à justiça climática.

As discussões sobre mitigação não avançaram, já que as partes divergiram até mesmo sobre o mandato que o Programa de Trabalho de Ambição para Mitigação e Implementação (MWP) deveria ter. As sessões foram tão difíceis que o item da agenda caiu sob a “Regra 16” do regimento da UNFCCC, o que significa que os debates realizados em Bonn serão ignorados e o tema será reiniciado em novembro. Outras agendas como *Global Stocktake*; Mercado de Carbono; Transição Justa; Perdas e Danos; e Transparência também avançaram timidamente, não tendo logrado nenhum resultado muito significativo.

Enquanto representantes das partes decidiam os rumos da crise climática, a juventude presente na 60ª SB se preocupava e pressionava por ações mais contundentes, através de reuniões com os negociadores, protestos, articulações e intervenções nas reuniões oficiais. As duas próximas COPs, que acontecerão no Azerbaijão e no Brasil, irão determinar o sucesso ou a falha do Acordo de Paris. Para que nós, jovens, tenhamos o direito a um meio ambiente saudável e a um clima estável, é urgente que a próxima rodada de NDCs seja ambiciosa e que a NCQG seja

baseada em doações de entidades públicas e direcionada de países desenvolvidos para países em desenvolvimento com maiores necessidades de financiamento.

A participação da juventude nos espaços oficiais de negociação é necessária e importante para atrair a atenção da sociedade, incentivar a ação, pressionar os Estados e, possivelmente, influenciar o jogo político. Para isso, os jovens precisam estar engajados no debate climático e cientes das discussões que acontecem durante as grandes conferências internacionais. Suas demandas devem ser bem articuladas e condizentes com o vocabulário utilizado nos textos a serem acordados, de modo que possam dialogar com os responsáveis pelas delegações de maneira assertiva.

Entretanto, sua participação e incidência não deve se limitar apenas aos espaços internacionais, que nem sempre podem ser acessados por todos. Estar atento à política doméstica, como por exemplo ao processo de construção da NDC brasileira e do plano nacional de adaptação, é indispensável, já que são eles que constroem os resultados que o Brasil levará à esfera internacional.

Ademais, mobilizar as esferas locais de atuação também possibilita a obtenção de resultados, principalmente através da comunicação e da educação ambiental. Engajar pessoas e trazer a atenção local para a mudança do clima nos aproxima de cidades cada vez mais comprometidas com a ação climática, populações menos suscetíveis ao negacionismo e políticas públicas e leis ambientalmente e socialmente responsáveis.

Os registros documentais das negociações são escassos e geralmente destacam apenas os resultados dos encontros, sendo difícil compreender através deles os posicionamentos e as concessões feitos pelos países. Por essa razão, participar da 60ª Reunião dos Órgãos Subsidiários da UNFCCC como pesquisadora do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC) me permitiu um melhor entendimento do processo político e das disputas que acontecem em torno da construção dos acordos climáticos.

Além de contribuir com a pesquisa que desenvolvo, permitindo observar a participação da sociedade civil nas conferências internacionais sobre mudanças climáticas e sua influência nas negociações, a experiência em campo me permitiu contribuir com um dos principais compromissos do OIMC, que é a incidência social e a difusão do conhecimento científico.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 2024.